

Feminismos, Pesquisa e Produção do conhecimento em Serviço Social¹

Teresa Kleba Lisboa²

Resumo: este ensaio é uma proposta de diálogo sobre a importância da pesquisa e da produção do conhecimento em Serviço Social, destacando a contribuição que as epistemologias feministas têm proporcionado no processo de reflexão/ação do exercício profissional. Salientamos que a investigação sobre o lugar das mulheres na ciência, revelou sua invisibilidade como sujeitos da ciência, e que o cotidiano profissional das (dos) Assistentes Sociais tem se confrontado com um leque de situações que caracterizam discriminação, exploração, opressão, desigualdade social, relações de poder, de violência entre outras. Nesse contexto, acreditamos que os estudos feministas apresentam uma perspectiva crítica na construção do conhecimento, que os processos sociais e históricos vêm impondo as discussões de gênero à profissão, o que vem sendo demonstrado pelo volume de trabalhos e artigos publicados e apresentados e revistas indexadas e Encontros (Congressos) da categoria.

Introdução

Pretendo neste artigo refletir sobre as relações entre os Feminismos, a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social, tendo como parâmetro minha própria experiência acadêmica, enquanto docente do Departamento de Serviço Social (UFSC), pesquisadora dos estudos feministas, integrante da equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e comprometida, tanto com as causas das mulheres como com as questões que remetem à diversidade sexual.

Um dos mais importantes desafios para o Serviço Social, colocados pela academia, tem sido o questionamento acerca do tipo de conhecimento que produz. Perguntas como: por que o Serviço Social é considerado uma Ciência Social Aplicada? Quais seriam as características específicas da produção de conhecimento nesta área? Quais os fundamentos teórico-metodológicos que norteiam nossas práticas? Seria possível pensar em uma “politização da ciência”? Como escolhemos os nossos temas de pesquisa?

De acordo com Lucio Kowarick (1995, p. 46)

¹ Artigo publicado em: RODRIGUES, Marlene Teixeira e RODRIGUES, Maria Elaene (Organizadoras). **Feminismo, gênero e sexualidade: desafios para o Serviço Social**. Brasília: Editorial Abaré, 2015. 200p.

² Professora do Departamento de Serviço Social (DSS) e do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

a escolha de um tema de pesquisa implica na seleção de objetos empíricos e sua transformação em objetos de estudo que supõem a existência de um discurso científico construído, adaptado ou mesmo importado de outros campos temáticos, de modo que a investigação tenha credibilidade.

O Serviço Social encontra os seus fundamentos científicos no quadro das ciências sociais e humanas e os seus fundamentos éticos nas questões dos direitos humanos, da dignidade humana, da justiça social e da emancipação do sujeito como pessoa/cidadão. O exercício profissional configura-se como uma forma particular de inserção na sociedade, contendo ao mesmo tempo uma dimensão intelectual (teórica) e uma dimensão interventiva. Atualmente, os profissionais de Serviço Social têm se debruçado com afinco na definição dos objetos de atuação com vistas à produção científica sobre as questões sociais.

Conforme Nobuco Kameyama (1998), a produção de conhecimento nessa área iniciou-se a partir dos anos 70, quando foram criados os primeiros cursos de pós-graduação na grande área de Ciências Sociais e, especificamente, na de Serviço Social, em plena vigência da ditadura militar (1964/80)³.

Os cursos de pós-graduação foram se constituindo em espaços privilegiados para produção de conhecimentos e a partir de 1985, a área de Serviço Social passa a ser reconhecida pelos órgãos de fomento à pesquisa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, passando a receber apoio financeiro e bolsas de estudos para pesquisadores/as, alunos/as dos cursos de doutorado, mestrado e graduação (bolsas de iniciação científica).

O primeiro evento científico da categoria ocorreu em 1947 - o Iº Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), organizado pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Esse primeiro Encontro apontou para a ausência de articulação entre as demandas da categoria, uma vez que referendava o sistema político vigente, e priorizava discussões separadas por grupos de congressistas sobre as várias políticas sociais setoriais. Em 1979, porém, ocorreu uma mudança significativa na condução

³ Em 1972 foi criado o primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), ainda em 1972 o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); em 1976 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); em 1977 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), em 1978 na Universidade Federal da Paraíba UFPB, em 1979 na Universidade Federal de Pernambuco UFPe (Kameyama, 1998, p 23).

do III CBAS⁴, realizado em São Paulo. Conhecido como ‘Congresso da Virada’, tornou-se um marco ao questionar de forma crítica e propositiva um novo horizonte profissional, articulando teoria à prática, representando amadurecimento e adensamento crítico da realidade social e dos debates endógenos à profissão (Dias, 2014).

Outro espaço acadêmico de socialização e produção de conhecimento do Serviço Social é o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPSS), promovido a cada dois anos pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (criada em 1946) e atualmente chamada de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)⁵. Ao longo da história da profissão, a ABEPSS vem assumindo uma posição de vanguarda na tarefa de pensar a Formação Profissional, no que diz respeito à elaboração/reformulação do currículo dos cursos de Serviço Social, à capacitação docente, à implantação da pós-graduação e à produção científica.

Atualmente, a produção de conhecimentos em Serviço Social engloba varias temáticas, que por sua vez estão imbricadas com a dinâmica sócio cultural e política da sociedade, e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições. A década de 1990 pode ser considerada um marco emblemático, quando o processo de globalização, a partir do ideário neoliberal gerou o desmonte do Estado de Bem Estar Social, e novos sujeitos sociais entraram em cena demandando questões ligadas a movimentos específicos, trazendo para o centro as lutas contra a discriminação, opressão e violência. Essas lutas foram desencadeadas pelos negros, indígenas, migrantes, homossexuais, e pelas mulheres que chamaram atenção para as desigualdades de gênero que interferem nos direitos reprodutivos e favorecem a violência contra mulheres, o abuso sexual contra crianças e adolescentes, a homofobia entre outras.

As “velhas” desigualdades se intensificaram: o inchaço das grandes cidades repercutindo em falta de moradia, desemprego em grande escala decorrente da

⁴ O CBAS continua sendo o maior evento do Serviço Social brasileiro, realizado a cada três anos, e reúne em torno de 3.000 profissionais e estudantes. É um evento de natureza político-científica e um importante espaço de divulgação da produção científica e técnica da área do Serviço Social, através da apresentação de trabalhos e comunicações pelos profissionais e estudantes e do lançamento de livros (<http://www.cfess.org.br/visualizar/eventos-historico>), acessado em 18/01/2015.

⁵ Conforme <http://www.abepss.org.br/paginas/ver/1>

reestruturação no mundo do trabalho. São exigidas da profissão novas leituras acerca desta realidade já multifacetada e complexa, que por sua vez exige um profissional atento às constantes transformações, que possa acompanhar o desenvolvimento tecnológico incorporando novos instrumentos como as tecnologias da informação; que possa inteirar-se da problemática dos desastres ambientais exigindo da profissão a aproximação com esta discussão; que possa abrir-se para a compreensão do que seja interculturalidade, conflitos religiosos, étnicos, entre outros.

Neste contexto, almeja-se uma intervenção profissional sustentada em procedimentos teóricos e metodológicos (conhecimento/saber) e em princípios ético-deontológicos, reconhecendo o sujeito como parceiro na ação (sujeito/cidadão). Acordamos com Jorge Ferreira (2014, p. 332) quando propõe que “atualmente, a/o assistente social deveria manifestar uma capacidade crítica e um pensamento reflexivo assentada em três condições: responsabilidade ética; competência técnica e exigência teórica”.

Nosso compromisso ético-político com as classes empobrecidas (excluídas dos direitos mínimos) se materializa no Código de Ética, e as exigências de uma sólida formação profissional é condição *sine qua non* para um exercício profissional competente. Constatamos, porém, que as linhas centrais que orientam a produção científica do Serviço Social não sofrem alterações substanciais durante décadas, e a vertente marxiana continua sendo a única matriz teórica considerada “crítica” que define a formação das/os profissionais de Serviço Social.

Ao se pronunciar sobre a construção do conhecimento, Michel Thiollent (2002) recorda que nos últimos séculos, as ciências sociais e humanas passaram por várias teorias críticas. Entre elas, destaca alguns exemplos:

No século XIX, Karl Marx foi mestre em matéria de crítica do direito, da filosofia hegeliana ou da economia política clássica. No século XX, Antônio Gramsci deu uma contribuição fundamental para criticar os conhecimentos estabelecidos pelos grandes intelectuais de sua época. A partir da década de 1960, Michel Foucault desempenhou um papel importante no mundo acadêmico para criticar, não somente as ideias gerais, mas as que se impõem como normas nas instituições e seus “micropoderes”. Paralelamente, Pierre Bourdieu contribuiu para desmistificar as funções de instituições de ensino e cultura, remetendo-as aos processos de reprodução e diferenciação social (Thiollent, 2002, p.05).

O autor sugere que, levando em conta o legado dos séculos passados, é necessário renovar a capacidade crítica para desmistificar os “edifícios” intelectuais e

visões unilaterais que existem em torno da produção de conhecimento. Além disso, Michel Thiollent lembra que, o aspecto crítico de uma profissão também diz respeito às práticas profissionais, que muitas vezes reproduzem a exclusão, no que se refere tanto aos critérios de acesso ao seu exercício, quanto às consequências sobre os usuários ou os atendidos pelos serviços. Portanto, as críticas formuladas temporariamente por grupos de profissionais autoconscientes sobre suas próprias práticas, são de fundamental importância para redefinir os marcos da "teoria crítica"⁶ para o Serviço Social.

Diante desse quadro mais geral, algumas questões se impõem. Várias delas se relacionam com as interferências de gênero. É sabido que somos 95% mulheres na categoria profissional e lidamos no nosso cotidiano de atendimento, majoritariamente com mulheres. Quem são, e o que acontece com as mulheres que nos procuram para serem atendidas nas Instituições em que atuamos? Qual o lugar que elas ocupam no contexto socioeconômico, cultural e político que estamos investigando? Como elas são tratadas pelos companheiros, maridos, patrões, políticos e demais pessoas que fazem parte do seu universo? Quais os tipos de discriminação, preconceito, desigualdade e exploração aos quais estão submetidas?

E nós, profissionais (técnicas/os) que atuamos como Assistentes Sociais – estamos cientes das desigualdades (e do sujeitamento) a que estamos submetidas/os diariamente em nosso local de trabalho, no espaço doméstico e na pirâmide do status de valorização das profissões, por parte da sociedade? Por que em determinadas Instituições, como por exemplo, Prefeituras Municipais, o/a profissional de Serviço Social recebe salário inferior ao/a psicóloga, advogada, dentista e médica? Por que um/a profissional de Serviço Social raramente ocupa o cargo de Secretária da Assistência Social⁷? Por que temos tão poucas mulheres exercendo cargos políticos?

O tema das relações de gênero tem interferido de forma incisiva na discussão sobre o perfil dos profissionais de Serviço Social, destacando-se um conflito de

⁶ A teoria crítica é uma vertente teórica ampla e duradoura, que surge em 1987 na Alemanha, com o artigo “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” de Max Horkheimer, um de seus mais emblemáticos representantes. Nomeados de neomarxistas, outros teóricos reconhecidos internacionalmente são: Theodor Adorno e Jurgen Habermas. Atualmente, uma das principais figuras desta corrente é Axel Honneth.

⁷ Chama a atenção que na história da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o cargo de Secretária/o já foi ocupado por engenheiros, médicos, dentistas, advogados, historiadores entre outros, porém, nunca por um/a assistente social.

identidade que demanda constante autoafirmação e reconhecimento. De acordo com Nobuko Kameyama (1998), a identidade do Serviço Social enquanto profissão foi cunhada pela apropriação de um saber específico, tornando-se uma prática institucionalizada, socialmente legitimada, legalmente sancionada, e claramente vinculada a “questão social”. Segundo Octavio Ianni, a “questão social” por sua vez “expressa disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais, e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (Ianni, 2004, p.103).

O conflito de identidade emerge quando constatamos que somos os profissionais menos valorizados, menos reconhecidos, porque somos identificadas/os com os pobres, excluídos da sociedade, com os subalternos; quando nos damos conta que atuamos nas áreas de menos status social, consideradas “extensão do espaço doméstico” como o cuidado com crianças, enfermos, idosos, pessoas com deficiência, dependentes químicos, moradores de rua entre outros.

Outras questões se colocam: ao falar em *mais valia*, Karl Marx priorizou a exploração dos trabalhadores na vida pública em detrimento das relações humanas, na vida privada. Como entender a “transferência” de sentimentos entre aqueles de quem se cuida e os que são cuidados? Como entender os “fluxos migratórios” que envolvem milhares de mulheres que deixam para trás sua própria família e seus filhos para cuidar dos filhos, pessoas enfermas ou idosos “dos outros”? É o caso das empregadas domésticas, diaristas, cuidadoras, babás, que “criam os filhos das mulheres mais ricas” enquanto outras mulheres – mães, sogras ou avós lhes criam os seus, provocando uma cadeia que liga um conjunto de cuidadores e desencadeia a “*mais valia emocional*” (Hochschild, 2004).

Onde estão os pais dessas crianças que necessitam ser cuidadas por babás e onde estão os maridos, companheiros dessas mulheres que necessitam de cuidadoras? Como afirma Arlie Hochschild (2004, p. 206): “se os pais partilhassem a criação de seus filhos no mundo inteiro, esse trabalho se espalharia para os lados em vez de passar para um nível mais baixo na escala social!”

O cotidiano profissional das (dos) Assistentes Sociais tem se confrontado com um leque de situações que caracterizam exclusão, discriminação, exploração, opressão, desigualdade social, relações de poder, de violência entre outras. Nesse

contexto, os estudos de gênero têm contribuído para decifrar alguns questionamentos, para além das questões de classe: por que ao longo da história, a diferença sexual tem sido apontada como a principal causa da subordinação feminina? Por que as experiências de mulheres e de homens têm sido construídas de forma diferenciada? Como têm sido explicadas as hierarquias sexuais e as distribuições desiguais de poder na sociedade? Como se assumem identidades femininas e masculinas consideradas fora do padrão de “normalidade” estabelecido pela sociedade?

A complexidade das situações que se apresentam no cotidiano de prática profissional nos campos de atuação das (dos) assistentes sociais demonstra a multidimensionalidade de situações a que os sujeitos com os quais trabalhamos estão submetidos. Como operadores das Políticas Públicas, constatamos cada vez mais com evidência, a incorporação da transversalidade de gênero nas mesmas.

Como analisar, por exemplo, a situação de uma mulher internada em uma clínica psiquiátrica, cujo “sofrimento psicológico” foi decorrente de violência doméstica? Como explicar o valor diferenciado atribuído ao trabalho dos homens versus o trabalho das mulheres (mesmo trabalho, valor diferenciado de pagamento/salário); como entender por que o trabalho doméstico e o cuidado de doentes, idosos, crianças, são mal remunerados (ou não remunerados), muito menos valorizados? Por que persiste a violência física e simbólica contra as mulheres e meninas? Onde e como se produzem essas violências?

A partir da minha trajetória, constato que nosso agir profissional permite refletirmos, com base nas experiências e nos testemunhos dos sujeitos, sobre a construção de um conhecimento centrado em fundamentos teóricos metodológicos específicos, que por sua vez permitem a organização e planificação de atividades de desenvolvimento social e humano, respeitando a multiculturalidade e a interdisciplinaridade. Entre essas possibilidades estão as epistemologias feministas.

A contribuição das epistemologias feministas para a produção de conhecimento em Serviço Social

Uma epistemologia é uma teoria do conhecimento e uma das principais questões que ela suscita é “quem pode ser sujeito do conhecimento”? Podem sê-lo as mulheres?

Em seu livro “Ciência e Conhecimento”, Sandra Harding (1996) indaga: quem define o que é ciência e o que é científico? Quem define os tipos de problemas (questões ou situações) que devem ser priorizados como ciência? A ciência tem se preocupado com projetos sociais, com o acesso igualitário aos recursos naturais, com a preservação da vida e da natureza?

Sabemos que a Ciência é uma forma de discurso sujeito a formulações e critérios daquilo que um determinado grupo (geralmente homens brancos, ocidentais da classe dominante), que é considerado autoridade, valida como verdade. A autora argumenta que as epistemologias tradicionais excluem as mulheres como sujeitos ou agentes do conhecimento, sustentam que a voz da ciência é masculina e que a história foi escrita do ponto de vista dos homens.

Para Sandra Harding (1996), a investigação sobre o lugar das mulheres na ciência, esfera legitimada da produção do conhecimento, revelou sua invisibilidade como sujeitos da ciência. Como objetos da ciência, diz a autora, fomos definidas não somente como diferentes dos homens, mas também como biologicamente inferiores e, entre outras coisas, inadequadas ao exercício do papel de cientista. Essa visão androcêntrica se manteve ao longo de séculos (e ainda, se mantém em várias sociedades e contextos) reforçando uma relação de constituição mútua entre o sujeito masculino e o seu conhecimento: definindo a mulher como inadequada para o desenvolvimento das atividades científicas, definia a si mesmo como superior, assegurando o seu próprio saber.

Os estudos feministas não pretendem afirmar que “as mulheres vão fazer outra ciência”, mas sim defender que os indivíduos são sujeitos (pessoas), historicamente corporificadas, cuja perspectiva é uma consequência daquilo que são e de como vivem – formação, valores, pontos de vista entre outros. Neste sentido, os feminismos defendem que o sujeito do conhecimento é um indivíduo histórico particular, cujo corpo, interesses, emoções e razão estão constituídos por seu contexto histórico concreto, e são especialmente relevantes para a epistemologia (Marta González García e Eulália Sedeño, 2002).

As epistemologias feministas questionam todo e qualquer discurso ou teoria que se impõe como verdade; assumem uma forma rizomática de construção do pensamento, ou seja, não se apegam normativamente a conceitos porque consideram que não é possível traçar um perfil único e universal de pessoa (ou mulher), pois nele

estão implicadas as diferentes culturas, raças e etnias, gerações, orientação sexual, religião, classe social, entre outros aspectos.

Mais do que investigar as causas da opressão e o grau de exploração pelos quais passam as mulheres, os movimentos feministas se propõem a lutar pela sua superação. É por esse motivo que a relação entre prática e teoria é tão importante para o feminismo, porque parte-se do pressuposto de que nossos objetos de estudo integram uma conjuntura global, na qual os fenómenos aparecem como históricos, contraditórios, vinculados entre si e sujeitos a modificações.

Nesta perspectiva, e reafirmando as mulheres como sujeitos cognoscentes, perguntamos: como profissionais de Serviço Social, estamos conseguindo produzir conhecimento a partir de um posicionamento comprometido com a nossa experiência profissional? Enquanto académicas inseridas em uma realidade que gera preconceitos, exclusão social, discriminação de género e violências, que tipo de “perguntas de pesquisa” escolhemos quando elaboramos nossos projetos de investigação?

A “experiência” profissional ou a “experiência” de um/a investigador/a em campo consiste em tomar a realidade como ponto de partida, tanto em sua dimensão subjetiva como em suas implicações sociais, e trazê-la à tona, explicitando justamente os dados não reconhecidos, não valorizados, invisibilizados. As investigadoras feministas escutam muito atentamente o que as mulheres informam e pensam e buscam formular perguntas de pesquisa a partir dos interesses e necessidades das mulheres, a partir da “experiência das mulheres”, situando-se no mesmo plano crítico que o objeto explícito de estudo (Harding, 2002).

A introdução da categoria “experiência” ou do fator subjetivo na ciência corresponde ao lema feminista: “o pessoal é político”, ou seja, questões que até agora eram vistas como pertencentes a esfera privada, (“em briga de marido e mulher não se mete a colher”), tornam-se pautas de políticas públicas e as mulheres contribuem tanto na proposição dessas políticas, como na construção de conhecimento, na medida em que relatam suas experiências para o/a investigador/a. Assim, as pessoas com as quais trabalhamos só podem emergir como sujeitos no horizonte da pesquisa científica na medida em que desvendamos para elas seus mistérios, suas vivências, sua condição de subalternas, oprimidas ou exploradas. E essa passagem - da condição de objeto para a condição de sujeito - só acontece mediada pela nossa própria emancipação, como intelectuais engajados, identificados, produzindo conhecimento.

Portanto, os feminismos valorizam o conceito de experiência na medida em que visibilizam, socializam o conhecimento das pessoas, principalmente das mulheres que participam dos processos de produção do cotidiano da vida, como por exemplo, as parteiras, benzedadeiras, lavadeiras, cozinheiras, camponesas, educadoras, cuidadoras, trabalhadoras do sexo, entre outras.

Os estudos feministas também valorizam os métodos de investigação – ação, intervenções planejadas, que podem ser acompanhadas através de monitoramento e avaliação por aparte de grupos de técnicos, gestores, como por exemplo, um estudo sobre mulheres residentes em “Casas Abrigo” que exige a permanência da investigadora no local. Da mesma forma são valorizados os relatos etnográficos, as histórias de vida e os grupos focais nos quais as pessoas, principalmente as mulheres têm oportunidade de se manifestar.

Ao falar sobre a contribuição dos estudos feministas para a ciência, Maria Mies (1991) ressalta que não existe somente uma “maneira científica” de aceder ao conhecimento. Para a autora, as formas que nós investigadoras feministas fomos descobrindo incluem o resgate do conhecimento prático, dos saberes populares, o conhecimento político, as estratégias e habilidades utilizadas pelos sujeitos de nossas pesquisas; o auto-reconhecimento, ou seja, a compreensão das nossas próprias capacidades e limitações; o conhecimento crítico: a capacidade de criticar as ideologias e desmistificá-las; o conhecimento técnico: a habilidade de relacionar as descobertas empíricas com as afirmações teóricas; o conhecimento social: a capacidade de relacionar-se com pessoas, de reconhecer as condições em que sobrevivem e desenvolver novas formas de relação social abrindo-se para as “outras” pessoas, para as “diferenças”; e por fim a capacidade de reconhecer que os indivíduos vivem determinadas relações entre si e seu entorno material, sociocultural e histórico.

Nesse sentido, a escolha de nossos objetos de estudo demanda um posicionamento, ou seja, uma identificação com o objeto de investigação; requer, também, o domínio, tanto na esfera macro como micro. No contexto macro, o conhecimento da sociedade global seguida das mudanças estruturais e conjunturais que geram o aumento das desigualdades sociais, o desemprego, a insegurança, e a redução dos direitos sociais. O conhecimento da organização social do Estado e da Sociedade Civil, a compreensão da política econômica resultante de uma corrente

neoliberal com impactos significativos na redução do Estado Social e consequente enfraquecimento das políticas sociais e de proteção social.

A perspectiva micro, passa pelo conhecimento da realidade social, do contexto sociocultural e familiar (âmbito privado) e das condições de vida das pessoas com as quais interagimos. As especificidades da nossa atuação incidem, sobretudo, nas relações microssociais, ou seja, o objeto de nossa intervenção deve ser entendido em um contexto de entrecruzamento de realidades e conceitos que nos permitem entender que as diferentes expressões da questão social são mediatizadas por relações de classe, de gênero, raça/etnia, gerações entre outras.

Neste ponto, a relação da investigadora com o objeto de investigação passa por uma relação intersubjetiva (quase moral) uma vez que a nossa identificação com as usuárias, geralmente mulheres pobres, excluídas dos direitos mínimos, requer um despreendimento, um abrir-se para “as outras”, aproveitando a oportunidade que nós, investigadoras temos de colocar em prática nossos potenciais qualitativos e quantitativos a favor da luta contra a opressão e exploração dessas mulheres.

Chegamos inevitavelmente às considerações sobre o projeto ético político da profissão, que traz no seu âmago a luta por uma sociedade mais justa e igualitária. O objeto da nossa profissão tem se constituído em torno das desigualdades e das diferenças. Diferenças de classe, raça/etnia, gênero, gerações orientação sexual entre outras, que por sua vez complexificam-se gerando desigualdades sociais, exclusão social, discriminação, preconceito, exploração e vários tipos de violência, atingindo particularmente as mulheres, que são a maioria entre nossos usuários.

Em cada uma dessas áreas críticas, por exemplo, que impedem o desenvolvimento das mulheres e demarcam a desigualdade de gênero, emergem situações no cotidiano de atendimento das/os assistentes sociais: a) a persistente e crescente carga de pobreza que recai sobre as mulheres – 70% dos pobres do mundo são mulheres; mulheres negras e indígenas são as mais pobres na pirâmide social e, por conseguinte as maiores demandatárias dos Programas de Transferência de Renda como o Bolsa Família, entre outros. b) a desigualdade de acesso a serviços de saúde e educação – somos a maioria que frequenta o SUS. Como somos atendidas? As leis que penalizam as mulheres que optam pela interrupção voluntária da gravidez tem contribuído para o aumento dos casos de mortalidade materna. Meninas negras e indígenas constituem um alto número de analfabetas. O fato de mais mulheres terem

ingressado nos cursos universitários não significa que estejam assumindo cargos de poder na mesma proporção dos homens; c) a violência contra as mulheres e crianças – como nós, profissionais de serviço social estamos nos posicionando frente ao aumento dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes a ponto de termos “demanda reprimida” em grande número de instituições? d) a desigualdade no acesso às políticas e estruturas econômicas – que tipo de trabalho exercem a maioria das mulheres empregadas? Por que o trabalho doméstico não é valorizado tanto quanto outro qualquer? e) a desigualdade entre homens e mulheres no que diz respeito à distribuição do poder e tomada de decisões – Como está a paridade entre homens e mulheres no espaço da política? E a divisão sexual do trabalho? O que temos feito para propiciar o empoderamento das mulheres com vistas a sua autonomia e emancipação?

O Serviço Social se apropriando das epistemologias feministas para a construção do conhecimento

A complexidade e o enredamento dos fenômenos sociais requerem, portanto, que a(o) profissional de serviço social tenha clareza do referencial teórico que orienta o seu exercício profissional num movimento constante de construção e reconstrução de conceitos ou paradigmas de análise sobre a leitura da realidade. Aceitar que as teorias são provisórias, que é preciso colocá-las em movimento, visualizando-as mais como pressupostos do que categorias rígidas, fixas e imutáveis.

Neste sentido, afirma Vasconcelos: “o serviço social constitui um campo aplicado de conhecimento tipicamente interdisciplinar, com fortes contribuições da sociologia, economia, ciência política, filosofia, antropologia, psicologia entre outros” (Vasconcelos, 2002, p. 16).

As múltiplas expressões da questão social que se apresentam no cotidiano de intervenção profissional requerem, portanto, um conhecimento crítico que

seja capaz de considerar e fazer interagir estas diversas epistemologias, campos de saber e paradigmas particulares, sem cair nas conhecidas estratégias de julgar e reduzir as diversas perspectivas por meio de uma metateoria ou narrativa onipotente o suficiente para imperializar todos os demais campos, que chamamos de “imperialismo epistemológico” (Vasconcelos, 2002, p. 13).

O imperialismo epistemológico, para Vasconcelos (2002) ocorre quando uma teoria considera-se onipotente ao ponto de se considerar capaz de capturar a essência de todos os sentidos implícitos na história e dos fenômenos culturais e subjetivos, reduzindo toda a complexidade da vida social e humana à dinâmica da esfera da produção, acumulação e das classes sociais. Estamos conseguindo diferenciar uma investigação comprometida com nossas práticas, nossos valores, daquela que opera sob o imperialismo epistemológico, limita os conhecimentos, os sujeitos e as instituições?

As constantes mudanças que afetam a realidade contemporânea exigem do Serviço Social uma postura de abertura para as interfaces com a epistemologia do saber social e político. Neste sentido, pensamos a interdisciplinaridade, acima de tudo como uma postura profissional que, conforme Rodrigues (1998, p. 156), “permite se pôr a transitar o ‘espaço da diferença’ com sentido de busca, de desvelamento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar (...)”.

É fundamental que o profissional de serviço social reconheça a importância da teoria, porém, que a mesma não seja utilizada como um “cavalo de força”, uma vez que as teorias servem para nortear reflexões, estabilizam provisoriamente determinadas interpretações, porém, são fluídas, modificam-se, atualizam-se acompanhando o movimento dialético da própria realidade.

Essa nova postura investigativa requer do profissional de serviço social uma abertura para um diálogo plural e democrático na perspectiva da interdisciplinaridade e de novas propostas epistemológicas, como a dos estudos feministas.

Uma das primeiras produções científicas brasileiras sobre a situação das mulheres foi o livro “A mulher na Sociedade de Classes”, de Heleieth Saffioti - escrito entre os anos de 1966/1967 e publicado pela primeira vez em 1969⁸. Depois dessa publicação pioneira, várias foram divulgadas no país ao longo dos anos 80, como resultado da criação de núcleos de pesquisa nas universidades. Nessa mesma

⁸ “Saffioti foi a primeira mulher a escrever um livro, dentro da academia, centrando sua análise na condição de dominação da mulher, ainda que se colocasse como não feminista devido aos pressupostos teóricos marxistas que adotava”. PINTO, Celi. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). Estudos Feministas, vol.22 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2014. P. 322

década, os movimentos impulsionaram a criação de Secretarias, Conselhos de Direitos, Coordenadorias e Delegacias Especiais de Atendimento à Mulheres⁹.

Na década de 1990, os Estudos Feministas se fortaleceram no Brasil, com a expansão e consolidação dos espaços criados pelos movimentos nas décadas anteriores, bem como com a expansão das organizações não governamentais. A partir, principalmente, da divulgação de um célebre texto da historiadora Joan Scott¹⁰, o uso da categoria gênero se tornou recorrente nas pesquisas acadêmicas sobre a constituição das identidades masculinas e femininas e das desigualdades entre homens e mulheres, entre as mulheres e entre os homens. A partir de então, várias áreas do conhecimento tem estabelecido interlocução com os estudos feministas e de gênero, incluindo o Serviço Social. Uma preocupação porem, se destaca quando nos debruçamos sobre o interesse das Escolas de Serviço Social, no Brasil, em incluir as contribuições do campo feminista no currículo de formação das/os futuros profissionais. Em levantamento feito por Daiana Nardino Dias (2014), sobre as matrizes curriculares dos cursos de graduação de 31 Instituições de Ensino Superior (IES) no ano de 2013, foi verificado que apenas 6 (seis) IES¹¹ integram a disciplina sobre relações de gênero na grade curricular obrigatória, e na maioria das vezes de forma complementar, no diálogo com outras categorias como raça/etnia, identidade, sexualidade entre outras (veja que isso em si não seria um problema). Em outras 10 (dez) instituições¹² a temática de gênero aparece como disciplina eletiva, e 15 (quinze) Escolas sequer a incluem na grade curricular – nem em disciplinas obrigatórias nem em eletivas (optativas).

Os principais cursos de Pós Graduação em Serviço Social no Brasil (PUC/SP, UFRJ, entre outros) ainda privilegiam a matriz marxiana em seu processo de formação

⁹ COSTA, Albertina de Oliveira. Movimento feminista e Estado: demandas, conquistas e desafios. In: MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira e FUNCK, Susana Bornéo (orgs.) Políticas e Fronteiras. Desafios Feministas. vol. 2, Tubarão/SC: Editora Copiart, 2014, p. 167-182.

¹⁰ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

¹¹ As Instituições de Ensino que incluem a temática de gênero em suas grades curriculares como disciplina obrigatória são: UFMT/MT; UnB/DF; EMESCAM/ES; UFF/RJ; UFRJ/RJ; PUC/RS.

¹² As Instituições de Ensino que incluem o debate sobre as questões de gênero em disciplinas optativas ou eletivas na grade curricular são: FUFSE/SE, UFAL/AL, UFMA/MA, UFPE/PE, UFRN/RN, UFAM/AM, UFPA/PA, UFES/ES, UERJ/RJ e UFSC/SC.

e raramente abrem espaço para linhas de pesquisa alternativas, como é o caso dos estudos feministas e de gênero.

Apesar dessa lacuna, a discussão sobre as diferentes perspectivas que englobam as questões de gênero tem ocorrido nos dois principais Encontros Nacionais da Categoria – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS) e Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS), fazendo-se presente transversalmente em diferentes eixos, destacando-se os temas da “Violência contra a Mulher” (em primeiro lugar), seguidos de Mesas Coordenadas e apresentação de trabalhos que envolvem os temas “Gênero e Saúde” e “Gênero e Trabalho”, entre outros.

Um dos primeiros textos apresentados em uma mesa temática coordenada no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado em dezembro de 2006, em Recife foi: “O lugar do gênero na formação da/o assistente social”¹³, tendo como objetivo refletir sobre a incorporação do gênero na formação profissional da(o) assistente social, buscando explicitar diferentes abordagens teórico-metodológicas utilizadas neste campo. A partir dessa data, em todos os encontros tem sido propostas Mesas Coordenadas e Grupos de Trabalhos (GTs) com temáticas que versam sobre Gênero e Serviço Social.

A criação de vários Núcleos ou Grupos de Pesquisa que articulam o Serviço Social com a discussão sobre as desigualdades de gênero também tem contribuído para socializar a produção de conhecimento nesta área. É o caso do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que foi criado em dezembro de 2010 durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro.

Conforme as protagonistas¹⁴,

¹³ MOREIRA, M. R. A.; SILVA, M. V.; MIRALES, R.; LISBOA, T. K. O lugar do gênero na formação do (da) assistente social. *Temporalis* (Brasília), v. 11, p. 143-158, 2006.

¹⁴ Profª. Dra. Fernanda Marques de Queiroz (UERN); Profª. Ms. Bruna Andrade Irineu (UFT); Profª. Dra. Mirla Cisne Álvaro (UERN); Profª. Dra. Rita de Lourdes Lima (UFRN); Gestão ABEPSS – 2013-2014. Grupo temático de pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

o GTP foi criado como uma estratégia coletiva de fortalecimento e visibilidade das discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social e ainda como “forma de resistência contra o produtivismo, a pressão e o isolamento dos/as pesquisadores/as, mediante a coletivização dos debates de ponta e a indicação dos temas relevantes para a área” (ABEPSS, 2013).

Em levantamento realizado pelo Programa Equidade de Gênero do Senado Federal¹⁵, sobre Núcleos de Estudos Acadêmicos em Gênero e Raça, foram identificados aproximadamente 200 (duzentos) Grupos e Núcleos de Estudos e Pesquisas que integram Estudos Feministas, Relações de Gênero, Raça/Etnia em seus nomes, envolvendo temáticas como políticas públicas, cidadania e direitos humanos, movimentos feministas, violência de gênero, saúde e sexualidade, família, entre outras relacionadas com as práticas profissionais da área de Serviço Social.

Destaca-se a presença de pesquisadoras e profissionais de Serviço Social em Mesas Redondas e Simpósios Temáticos nos Encontros Internacionais “Fazendo Gênero” (UFSC, Florianópolis/SC), que reúne desde 1994, a cada dois anos, pesquisadores do Brasil e de Universidades da América Latina, Estados Unidos e Europa, com pesquisas e publicações no campo dos estudos de gênero e dos estudos feministas.

A tradição da UFSC na área dos estudos de gênero e feminista vem desde 1984, quando foi criado o Núcleo de Estudos da Mulher, que, a partir de 1989 reestruturou-se como Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero, reunindo pesquisadoras de diversas áreas acadêmicas, como Literatura, Antropologia, Psicologia, Sociologia, História, Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, entre outras.

No ano de 1989 foi realizado na UFSC, o 3º Encontro Nacional de Mulher e Literatura, que marcou um salto qualitativo na consolidação dos estudos de gênero e feministas na universidade brasileira. Deste encontro resultou a ideia do primeiro Fazendo Gênero: Seminário de Estudos sobre a Mulher, que foi concretizado em 1994.

Em 2008, no Encontro Internacional Fazendo Gênero 8, cujo tema geral era “Corpo, Violência e Poder”, propomos, pela primeira vez, um Simpósio Temático¹⁶

¹⁵ http://www.senado.gov.br/senado/programas/pro_equidade/nucleos.asp

¹⁶ Este Simpósio Temático foi coordenado pelas Prof.as Dras. Teresa Kleba Lisboa e Myriam Raquel Mytjavila (DSS/UFSC) e Fernanda Queiroz (DSS/UFRGN).

específico para profissionais e pesquisadoras em Serviço Social, intitulado: “Exclusão Social, Pode e Violência”, recebendo 22 (vinte e dois) trabalhos de Assistentes Sociais que apresentaram suas práticas sob a perspectiva de gênero em Instituições como Ministério Público, Colégio Marista, Delegacias Especializadas em atendimento a mulheres em situação de violência, entre outras; foram apresentados também, resultados de Pesquisas relacionadas a vários temas como: abuso sexual numa perspectiva de gênero; direitos reprodutivos e mortalidade materna; lideranças femininas em comunidades de periferia; políticas públicas direcionadas às mulheres negras, entre outros.

O Encontro Internacional Fazendo Gênero 9, realizado em 2010, teve como tema central: “Diásporas, Diversidades, Deslocamentos”. Nele ocorreu o Simpósio Temático: Gênero e Serviço Social - diversidade, discriminação e violência¹⁷, com 34 inscrições de trabalhos e temas relacionados a experiências práticas de profissionais de Serviço Social bem como apresentação de resultados de investigações.

No Encontro Internacional Fazendo Gênero 10, ocorrido em 2013, cujo tema central foi “Feminismos e Desafios Contemporâneos”, inscreveram-se 323 profissionais de Serviço Social das mais diferentes regiões do país, inclusive da Argentina, México e Uruguai. Doze pesquisadoras, docentes de cursos de Serviço Social propuseram e coordenaram Simpósios Temáticos em diferentes áreas; conforme identificação que consta na ficha de inscrição, sobre a “formação” ou área de atuação da pessoa inscrita, 56 Comunicações Orais foram apresentadas por Assistentes Sociais seguidas de 25 trabalhos em forma de Pôster.

No Simpósio Temático intitulado: Gênero, políticas públicas e serviço social¹⁸, foram apresentados 20 (vinte) trabalhos destacando-se os temas: Programa Bolsa Família: concepções, práticas e relações de gênero¹⁹; Direito à assistência social e o viés de gênero²⁰; Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica²¹; Desafios às propostas de

¹⁷ Coordenado pelas Profas Dras. Teresa Kleba (DSS/UFSC) e Fernanda Queiroz (DSS/UFRGN).

¹⁸ Coordenadoras: Profas Dras. Teresa Kleba (DSS/UFSC) e Cássia Carlotto (UEL/PR).

¹⁹ Autora: Rosana de Carvalho Martinelli Freitas (UFSC).

²⁰ Autora: Dayse de Paula Marques da Silva (UERJ)

²¹ Autora: Mailiz Garibotti Lusa (UFAL)

sustentabilidade afirmadoras dos direitos humanos;²² A sobrecarga de trabalho feminino, mediante a ausência de políticas públicas²³, entre outros.

Salienta-se que as coordenadoras deste Simpósio Temático receberam o convite dos editores da “Revista Gênero” - João Bosco Góes e Hildete Pereira de Melo, editada pela Universidade Federal Fluminense para organizarem um Dossiê com os melhores trabalhos apresentados. Este Dossiê, intitulado “Gênero, Políticas Sociais e Serviço Social” foi publicado no volume 13, nº 1, 2014 ressaltando em seu Editorial que a preocupação com as relações de gênero e seu impacto na ordem social aparecem no código de ética dos assistentes sociais brasileiros, e que a reflexão acadêmica a partir da perspectiva de gênero têm contribuído para repensarmos como têm sido tratadas tradicionalmente as noções de: cidadania, desigualdade e de justiça social.

Especial destaque merecem os dois últimos volumes da Revista Temporalis, Brasília (DF), publicados no segundo semestre de 2014, sobre o tema “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”. Organizada em conjunto com o Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, vinculado à ABEPSS, a chamada para essa publicação recebeu 122 (cento e vinte e dois) artigos, e segundo as editoras da Revista, a submissão de artigos para essa temática foi a que mais mobilizou, até então, o envio de trabalhos para publicação, na atual gestão.

Distribuídos pelas especificidades do GTP, 57 (cinquenta e sete) artigos enviados foram relacionados à discussão de “Gênero e Feminismo”; 08 (oito) voltados à temática “Diversidade”; 07 (sete) sobre “Raça e Etnia”; 05 (cinco) discutindo “Envelhecimento”. Além disso, 45 (quarenta e cinco) artigos foram submetidos à seção “Temas Livres”. Essa demanda levou a equipe editorial a tomar a decisão de dedicar o próximo número da revista (n. 28) ao mesmo tema²⁴.

O volume de artigos que foi enviado para os dois números da Revista Temporalis (2014) e a diversidade de questões abordadas traçam um panorama do que

²² Autora: Lília Guimarães Pougy (UERJ)

²³ Autora: Edileusa da Silva (UF de Uberlândia)

²⁴ Iris Maria Oliveira, Maria Regina de Ávila Moreira, Telma Gurgel. **Editorial**. Revista Temporalis, v. 1, n. 27 (2014) e v. 2, n. 28 (2014).

vem sendo discutido no Serviço Social sobre as questões de gênero e indica, igualmente, que os processos sociais e históricos vem impondo as discussões de gênero à profissão e que há necessidade de ampliação do debate e da apropriação desses estudos pela categoria.

Além disso, temos um perfil próprio de feminismos na América Latina, como sinaliza María Luisa Femenías (2007), resultado da convergência e das contradições das suas três raízes: indígena, negra, européia (além das migrações asiáticas entre outros povos). Considero que nossas questões específicas favorecem discursos alternativos e uma ruptura político-epistemológica dos contextos naturalizados para darmos voz própria às múltiplas forças étnicas, sexuais, econômicas e culturais deste imenso país.

Que possamos reivindicar o lugar de direito na produção de saberes - diferente da repetição. Que nós mulheres latino-americanas possamos ser “as outras” dos discursos hegemônicos e trazer a tona a nossa história de deslocamentos, reacomodações, resistências, traduções culturais, enunciação cultural, identidades mestiças (Femenías, 2007).

Considerações conclusivas

Procuramos, neste ensaio, dialogar com a categoria sobre a importância da pesquisa e da produção do conhecimento em Serviço Social, destacando a contribuição que os estudos feministas têm proporcionado no processo dialético de ação – reflexão – ação, no exercício profissional.

Salientamos que os estudos feministas apresentam uma perspectiva crítica na construção do conhecimento uma vez que foram as feministas que questionaram pela primeira vez, a clássica distinção entre o privado e o público propondo o slogan: “o pessoal é político”. Não sabemos se foram elas que questionaram pela primeira vez essa dicotomia, mas foram as primeiras que o fizeram no sentido de colocar em discussão a opressão feminina como uma questão pública. Os feminismos tem despontado na cena política como um dever/denúncia: há uma crescente percepção, por parte do movimento de mulheres em suas lutas locais e também nas conferências mundiais, sobre a necessidade de transcender o modelo industrial orientado para o consumo; exigir respeito ao corpo das mulheres; descriminalizar a interrupção voluntária da gravidez; acabar com a impunidade em relação aos altos índices de

violência e com a homofobia; reivindicar responsabilidade por parte dos meios de comunicação ao difundirem imagens que denigrem a mulher como objeto sexual, reivindicar equidade de gênero nas políticas públicas, entre outras.

Os feminismos abriram para contestação política, arenas novas de vida social: família, sexualidade, trabalho doméstico, divisão doméstica do trabalho, cuidado com crianças, idosos/os e enfermos, entre outros.

Os estudos feministas propõem desconstruir os papéis impostos a homens e mulheres pela sociedade com base no pressuposto de que a diferença sexual é o principal fundamento da subordinação feminina; destaca como uma questão política e social, a forma como temos sido formados e produzidos como sujeitos generificados, politiza a subjetividade enfatizando a formação das identidades sexuais e de gênero; questiona a noção de que homens e mulheres são parte de uma mesma identidade – a humanidade (totalidade), substituindo-a pela questão da diferença sexual, identidades de gênero, raça/etnia, classe e gerações.

Os paradigmas históricos, críticos e culturais propostos pelo feminismo, nos convidam a adotar uma “perspectiva de gênero” em nossas mediações teóricas, partindo de uma concepção crítica da humanidade que acabou excluindo metade do gênero humano dos espaços sócio-econômicos e políticos.

Os feminismos tem se imposto como “estratégias de resistência”, reinventando as mulheres, reinventando “uma fala”, um saber submetido, constituindo comunidades de debate, garantindo o direito de questionar, desconstruindo discursos que se impõem como “única verdade” bem como os papéis impostos pela sociedade, possibilitando novos rumos para a construção do conhecimento!

Que o Serviço Social possa aproximar-se das contribuições dos estudos feministas, e que no cotidiano das nossas práticas possamos incorporar reflexões teóricas que iluminem as demandas que surgem no exercício profissional.

Referencias Bibliográficas

COSTA, Albertina de Oliveira. Movimento feminista e estado: demandas, conquistas e desafios. In: MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira e FUNCK, Susana Bornéo (orgs.) **Políticas e Fronteiras. Desafios Feministas**. vol. 2, Tubarão/SC: Editora Copiart, 2014, p. 167-182.

DIAS, Daiana Nardino. O estado da arte sobre gênero no serviço social. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC – 2014.

FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de um feminismo latinoamericano. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, Vol.15, Nº 01, jan/abril 2007. p. 11-25

FERREIRA, Jorge Manuel Leitão. Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico. In: **Cuadernos de Trabajo Social**, Vol. 27, Nº 2, Universidad Complutense de Madrid, Espanha, 2014, p. 329-341

GONZÁLES GARCIA, Marta I.; PÉREZ SEDEÑO, Eulália. Ciência, tecnologia y género. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología Sociedad y Innovación** [online], nº 2, enero/abril 2002. Disponível em: <http://www.oei.es/revistactsi/nemero2/varios2.htm>. (consultado em 20 de janeiro de 2015).

HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: BARTRA, Eli (Compiladora). **Debates en torno a una metodología feminista**. PUEG, Universidade Nacional Autónoma de México, México, 2002.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, Vol. 01, Nº 01, 1993

HOCHSCHILD, Arlie Russel. As cadeias globais de assistência e a mais valia emocional. In: HUTTON, Will e GIDDENS, Anthony. **No limite da racionalidade - convivendo com o capitalismo global**. Record, Rio de Janeiro, 2004.

IANNI, Octavio. A Questão Social. In: IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. EDUSC, Bauru, SP, 2004.

KAMEYAMA, Nobuko. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social - Avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 8, p. 33-76, nov. 1998.

KOWARICK, Lucio. “Investigação Urbana e Sociedade”. In: REIS et al. (orgs) **Pluralismo, espaço social e pesquisa**. Hucitec/Anpocs, São Paulo, 1995.

LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo - desarrollo humano y democracia**. Madrid, Horas & Horas, 1996.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. In: **Revista Estudos Feministas**. UFSC. CFH e CCE, v.16, Nº 02, março-agosto de 2008. P. 333 – 357.

MIES, Maria. Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate en torno da ciencia y la metodología feministas. In: FONOW, Mary Margaret e COOK, Judith A. *Beyond Methodology. Feminist Scholarship as Lives Research*, Bloomington, Indiana University Press, 1991.

RODRIGUES, Maria Lucia. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, Maria Lúcia, RODRIGUES, Maria Lucia, MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas de saber**. 2ª ed. Cortez Editora & EDUC, São Paulo: 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

THIOLLENT Michel. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. Texto apresentado em mesa-redonda, coordenada pelo Prof. José Willington Germano (Pró-reitor de Extensão da UFRN), no I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - João Pessoa – PB, em 10 de novembro de 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar - epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis, Vozes, 2002